

nal agir e ampliar os recursos de R\$ 200 para entre R\$ 600 a R\$ 1.200.

Ante esta situação emergencial e da necessidade de salvar vidas, de proteger os mais vulneráveis e tomar medidas urgentes de ampliação de transferências para os mais pobres, de ampliar recursos para a saúde pública, de proteger os trabalhadores informais, os micro e pequenos empresários, entre outros, se faz necessário a decretação de calamidade pública do município de São Paulo.

Diante do exposto, por entender que o decreto de calamidade pública deveria expressar medidas de mitigação dos efeitos econômicos e sociais da pandemia, apresentamos a presente Declaração de Voto favorável com ressalvas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2020.

Sala das Sessões, em
Deputado Teonílio Barba
Líder da Bancada do PT
* * *

31 DE MARÇO DE 2020 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

<p>Presidência: CAUÊ MACRIS</p>

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PDL 5/20. Discorre acerca da propositura em tela, que trata do reconhecimento do estado de calamidade pública nos municípios paulistas.
2 - EDMIR CHEDID
Discute o PDL 5/20.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Explica aos parlamentares o procedimento para a inscrição para a discussão de projetos durante as sessões em ambiente virtual.
4 - WELLINGTON MOURA
Para questão de ordem, pergunta o número de municípios paulistas que já declararam estado de calamidade pública.
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Responde à questão apresentada pelo deputado Wellington Moura.
6 - BETH LULA SAHÃO
Discute o PDL 5/20.
7 - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA
Discute o PDL 5/20.
8 - CAIO FRANÇA
Discute o PDL 5/20.
9 - ED THOMAS
Discute o PDL 5/20.
10 - MÁRCIA LULA LIA
Discute o PDL 5/20.
11 - LECI BRANDÃO
Discute o PDL 5/20.
12 - PAULO LULA FIORILO
Discute o PDL 5/20.
13 - BRUNO GANEM
Discute o PDL 5/20.
14 - CEZAR
Discute o PDL 5/20.
15 - JANAINA PASCHOAL
Discute o PDL 5/20.
16 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Comenta o pronunciamento da deputada Janaina Paschoal com relação ao orçamento desta Casa e à economia de recursos por parte dos parlamentares.
17 - JOSÉ AMÉRICO LULA
Discute o PDL 5/20.
18 - DIRCEU DALBEN
Discute o PDL 5/20.
19 - VINÍCIUS CAMARINHA
Discute o PDL 5/20.
20 - JOSÉ AMÉRICO LULA
Discute o PDL 5/20.
21 - ADALBERTO FREITAS
Discute o PDL 5/20.
22 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão e coloca em votação o PDL 5/20.
23 - PROFESSORA BEBEL LULA
Encaminha a votação do PDL 5/20, em nome da Minoria.
24 - CARLÃO PIGNATARI
Para questão de ordem, sugere a seus pares que abram mão dos encaminhamentos, para que o PDL 5/20 possa ser votado na presente sessão.
25 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do PDL 5/20, em nome do PSOL.
26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Lembra a realização da próxima sessão extraordinária em ambiente virtual, a ter início às 17 horas e 10 minutos. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - As inscrições para o Item 1, discussão e votação do Projeto de decreto legislativo no 5/2020.

Antes de abrir, enquanto os deputados vão fazendo a inscrição, só vou fazer um comunicado geral aqui, pedir para fechar o som de todos os deputados, um comunicado geral para todos os parlamentares.

Quando nós tivemos o início dos protocolos dos projetos de calamidade pública, eu fiz questão de poder fazer uma conversa com o Dr. Edgard, presidente do Tribunal de Contas, manifestando a minha preocupação pelo número de prefeitos que me ligavam dizendo que decretaram calamidade pública e que precisavam da homologação do Poder Legislativo.

Eu tive essa preocupação e pedi ao presidente do Tribunal, se em consonância com os técnicos da Assembleia Legislativa, se eles pudessem chegar em um texto genérico que atingisse os 644 municípios, desde que cada um pudesse fazer o decreto estabelecendo a sua própria calamidade pública.

Inclusive, nessa conversa, chegamos também à conclusão de que era importante separar estado em um projeto, município capital em outro projeto, pelo fato de terem inclusive Tribunal de Contas próprios, e um terceiro projeto guarda-chuva para todos os municípios que decretarem a calamidade. O próprio Tribunal fez uma sugestão ao presidente, a mim, de encaminhamento de uma proposta de texto.

Essa proposta de texto foi a proposta que eu passei à relatora na Comissão de Constituição e Justiça, deputada Carla Morando. Nessa proposta uma pequena alteração do inicial. O Tribunal propôs 180 dias a vigência do decreto, e nós, para alinharmos com os demais textos e com a calamidade pública federal, estabelecendo dois meses a mais, nós fizemos pelo exercício fiscal a proposta, então encerrando dia 31 de dezembro de 2020 a calamidade pública, com regras pré-estabelecidas do cumprimento de poder fazer com que os efeitos do Art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal pudessem ser flexibilizados.

Pois bem, foi exatamente este texto que foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, e depois pelo congresso

de comissões. Então, só para explicar para os deputados, que neste momento aprovado e promulgado o decreto legislativo, os municípios que decretarem calamidade pública e enviarem o pedido de calamidade pública à Assembleia Legislativa, eles terão e serão abrigados pelo projeto de decreto legislativo que nós estamos discutindo no dia de hoje.

Então, feito esse preâmbulo, vamos abrir as inscrições. Nesse momento eu passo ao primeiro orador inscrito, o deputado Edmir Chedid, e em seguida vou pedir que no chat divulgue-se a lista já daqueles que já se inscreveram para se tornar pública e todos verem o processo de inscrição.

Então, com a palavra, inscrito para discutir o projeto, deputado Edmir Chedid. Tem a palavra deputado Edmir.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Edmir, está me ouvindo? Vou fazer um pedido a Vossa Excelência. Se puder virar o celular de lado, fica melhor a imagem para a televisão. Só faça essa solicitação para virar a tela da sua imagem do seu celular. Pronto, assim fica bem melhor.

Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, para declarar o voto favorável a esse projeto de lei importantíssimo da Assembleia Legislativa, e para falar de alguns pontos.

Já na semana passada, dia 21, protocolei na Assembleia e encaminei ao Sr. Governador, um ofício também ao Sr. Presidente da República, para que todos os fundos de outros interesses, quer sejam fundos de telefonia, fundos de energia elétrica que existem no governo federal, meio ambiente, fossem destinados à área da Saúde, e da mesma forma que no governo do estado.

Eu quero cumprimentar o governador Doria, vice Rodrigo Garcia, agradecer toda atenção que nós estamos recebendo do Germann, secretário de Saúde do estado, de toda a sua equipe, do senhor também, da presidência da Assembleia, que vem trabalhando e lutando para que os efeitos do impacto econômico e principalmente social sejam menores nesse momento.

E dizer que esses fundos, a Arsep tem milhões de reais paralisados lá. Da mesma forma a ANTT, que há no governo federal, nós temos aqui a Artesp, entre tantos outros fundos que no ano passado arrecadaram cerca de 5 bilhões de reais, que poderiam ser destinados integralmente às causas da Saúde pelo momento em que nós passamos.

Dizer da alegria de ver toda equipe da USP trabalhando em um projeto de ventiladores que custam e vão custar, se forem produzidos, na ordem de mil reais cada ventilador, ventilador simples e que poderia atender muito a população do estado de São Paulo e do país.

É um projeto aberto. Esse projeto pode ser fabricado e desenvolvido por várias empresas do país com peças e componentes já existentes.

Cumprimentar e parabenizar a liberação de recursos que tivemos para as prefeituras municipais. Todas as prefeituras municipais vão receber recurso do governo federal para ajudar na saúde. Tenho conhecimento que as cidades com mais de 100 mil habitantes já tiveram esse crédito hoje na conta de cada prefeitura. Isso é importante para que elas possam desenvolver seus programas.

Cumprimentar todo o pessoal da Saúde em nome da Mirella e do Mikio, Mikio da Secretaria de Saúde aqui de São Paulo, e da Mirella, que é a diretora do Departamento Regional de Saúde da nossa região, da região do presidente da Assembleia e de tantos outros deputados, da região de Campinas.

Dizer da nossa alegria em ver, por mais críticas que hajam, a abertura do Hospital Regional do Litoral Norte. Falava na semana retrasada com o vice-governador, secretário de Saúde.

O governador determinou a abertura, está iniciando. São poucos leitos abertos, mas vão aumentando ao longo do tempo. Cumprimentar todo o pessoal da área da Saúde, que está na linha de frente trabalhando e se dedicando, e estudar até um adicional para esses servidores públicos nesse período em que estamos passando uma fase de pandemia. A grande maioria deveria se recolher para não transmitir geometricamente esse vírus que aí está.

Ouvimos agora há pouco a manifestação do prefeito de Milão, mais de seis mil pessoas lá morreram porque ele era contra que as pessoas ficassem dentro das suas casas, que houvesse uma restrição, que não se comunicassem, que os idosos ficassem em casa. E ele, humildemente, vem a público pedir desculpas, dizendo que ele errou.

Cumprimento toda a equipe do Ministério da Saúde, que vem contrariando muitas vezes a tese política, porque é melhor perdemos um CNPJ, perdemos um emprego, mas não perder o nosso CPF.

As pessoas mortas... Não vai precisar ter emprego para ninguém. E nós estamos no caminho certo. Eu defendo, até, a ampliação dessas restrições para frente do dia 7 de abril, para que a gente possa conter ainda mais essa curva, porque os hospitais não vão aguentar.

E digo que a Furp pode ser melhor utilizada. Nós temos aí, o Butantan, tantas outras instituições contribuindo, mas a Furp pode fabricar remédios, a Furp pode - e tem capacidade para isso - fazer álcool em gel e distribuir para todos os municípios.

Quero deixar um abraço à Carla Morando, ao Ataíde, que já se recupera, ao Neri, ao Dalben, ao amigo, prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, que está com o vírus e, em nome deles, todos aqueles que já foram infectados.

E deixo um abraço e desejo que Deus dê muita força a todos aqueles que estão lutando, com a certeza daquilo que estão fazendo, fazendo direito. As pessoas têm que ficar em casa. Ainda bem que o governo federal e a Câmara Federal falaram em 500 reais e o presidente da República resolveu liberar 600 reais para as pessoas que mais precisam.

Quero parabenizar a todos, desejar saúde aos colegas e parabenizá-lo, presidente, pois a Assembleia Legislativa vem cumprindo o seu papel. Todos nós, com certeza, deputados, estamos trabalhando, como sempre trabalhamos, da forma que cada um pode, conforme a orientação através do decreto do governador e do Ministério da Saúde. E V. Exa. e a Mesa Diretora fizeram esse trabalho importante para que a gente possa ir legislando, ir aprovando ou rejeitando, ou emendando, ou aprimorando a legislação.

Deus abençoe a todos, e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Edmir Chedid.

Só fazer uma ponderação para todos os parlamentares. A inscrição começou quando apareceu no chat e eu falei aqui, para todos vocês, que poderia começar a inscrição.

Quem se inscreveu antes disso, gente, não vale a inscrição, tá? Só para deixar claro. Tem muitos deputados reclamando aqui no chat a respeito disso, mas eu já cansei de falar a respeito desse processo. Abriu a inscrição, foi mandada uma mensagem: "A partir deste momento está aberta a inscrição para os deputados". Aí vale as inscrições dali para frente.

Outra coisa, apenas o próprio deputado pode fazer a sua inscrição. Não cabe outro deputado pedir inscrição para outro parlamentar, está bom?

Está inscrita para discutir a deputada Beth Sahão. Tem a palavra Vossa Excelência. Antes, porém, deputada, peço só um minuto. Eu tenho um pedido de questão de ordem do deputado Wellington Moura.

Então, vou dar a questão de ordem, primeiro, para o deputado Wellington Moura, deputada Beth, e já passo a palavra para Vossa Excelência. Deputado Wellington Moura, pois não, a sua questão de ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - PARA QUESTÃO DE ORDEM – Sr. Presidente, boa tarde a todos os deputados.

Só para saber, até o prezado momento, Sr. Presidente, quantos municípios pediram decreto de calamidade pública? Se o senhor tem essa relação, pode passar para a gente ou por chat, ou neste momento?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Até a última que eu tinha recebido, eram 87. Vou atualizar agora e já passo por chat para vocês saberem os municípios que já notificaram a Assembleia. Mas, na última vez em que eu tive essa informação, eram 87. Só vou me certificar se eu tenho esse número ou se aumentou da última vez que fui notificado. Perfeito? Era isso, deputado Wellington?

Com a palavra a deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, deputados e deputadas desta Casa, nossos companheiros, em especial um forte abraço ao Neri, à Carla, ao Teruel, ao Orlando também, que foi nosso colega na Assembleia. Que eles possam se recuperar o mais breve possível.

O Neri já está, pelo visto, graças a Deus, conversando conosco. Espero que essa evolução de todos eles seja a mais rápida possível.

Eu queria dividir a minha fala em dois aspectos. O primeiro é a questão, especialmente, da Saúde. Ontem, a hora que foi feita a atualização dos dados eu fiquei muito atenta na questão do estado de São Paulo.

Até ontem à tarde, no final da tarde, nós tínhamos 1.517 casos com 113 óbitos. Isso significava um percentual de 7,4, o que é muito elevado. Muito elevado. Nós estamos achando que 113 pode não ser um número muito grande, mas é.

E, se mantiver esse percentual elevado assim, na medida em que o número de contaminados for aumentando, nós vamos ter muitas mortes.

Por isso mesmo essa questão na área da Saúde é fundamental. A primeira delas, e ontem eu vi alguns deputados se manifestando nesse sentido, é a urgência de você poder colocar os testes.

Quanto mais testes nós pudermos fazer na população, mais vidas conseguiremos salvar. E esse é o exemplo que tem vindo de países que estão sendo muito bem sucedidos nesse enfrentamento, como é o caso da Alemanha, como é o caso da Coreia, que estão conseguindo fazer muitos testes na população.

São Paulo precisa pensar nisso. Ainda há pouco o deputado Edmir citou o Instituto Butantan, que é um instituto que reúne uma expertise muito importante no sentido de poder dar uma contribuição fundamental neste momento, principalmente nas pesquisas e na produção desses testes, quem sabe. Nós temos a Furp. São empresas públicas, institutos públicos que correram até o risco de serem privatizados, mas graças a Deus não foram e podem dar uma contribuição, podem trazer esse acúmulo que eles têm para ajudar.

Penso também, Sr. Presidente e caros colegas, que nós temos que, talvez, ampliar os hospitais de campanha. Por enquanto é muito bem-vindo o hospital que foi erguido no estádio do Pacaembu, como também no Anhembi, mas, certamente, teremos outros.

E destinar... Aqui na minha cidade nós temos cinco hospitais. Em Catanduva. Alas inteiras estão sendo destinadas, já foram adaptadas, adequadas para receber os pacientes que estão com o vírus do coronavírus.

Então, é importante, também, que o governo do estado faça isso. Penso que a Saúde, nesse sentido, precisa estabelecer a distribuição de mais recursos. O governo precisa ver de onde ele vai ter, se tem outros fundos.

A gente sabe que existe o Fundo de Saúde, mas é preciso utilizar outros fundos para poder não deixar faltar nada. Para vocês terem uma ideia, no dia de anteontem para ontem houve um aumento de 18% de internações nas UTIs e nos centros de terapia intensiva. É muito alto esse número.

Havia cem profissionais de Saúde já no estado de São Paulo. Inclusive, suspeitas de alguns médicos renomados contaminados pelo vírus.

Então, a Saúde é algo onde nós temos que dar uma atenção para lá de especial, principalmente também, Sr. Presidente, na compra dos EPIs. EPIs neste momento não podem faltar.

O Hospital das Clínicas ontem anunciou que havia um milhão de máscaras. Isso é muito importante. Mas nós não temos só o Hospital das Clínicas. Por exemplo, no Hospital do Mandaqui estavam faltando equipamentos de proteção individual. Em outros hospitais, a gente tem ouvido as denúncias, também falta.

Isso é algo que o governo vai precisar cuidar com muita atenção, com muito cuidado. É contratar, conveniar com empresas que hoje fazem outros tipos de confecções para poder costurar essas

O áudio do Madalena está aberto, Sr. Presidente. Pede para ele fechar o áudio dele, senão atrapalha muito a gente aqui. Por favor, Sr. Presidente.

Também acho importante, agora, do outro lado, se de um lado nós temos a preocupação iminente com a saúde, do outro lado nós temos a preocupação com os impactos na economia.

E esses impactos, a primeira vítima é exatamente a população mais vulnerável. Desde a população em situação de rua, que eu me sinto muito parceira, porque sou coordenadora da subcomissão que nós instalamos aí na Alesp dos moradores em situação de rua, até os moradores das favelas, dos conjuntos habitacionais, das cidades, das periferias dos grandes centros urbanos, dos médios e dos pequenos também.

Por isso esse decreto hoje que vai atender os 644 municípios do estado é importante também. Porque ele vai permitir dar celeridade às ações que as prefeitas e os prefeitos vão tomar, atendendo também os municípios que têm acima de cem mil habitantes.

Para vocês terem uma ideia, gente, ontem Rio Preto contou quase 200 casos, Rio Preto, que é aqui vizinha minha, quase 200 casos de suspeitos. A minha cidade quase 40 casos de suspeitos, uma cidade que tem um pouco menos, aproximadamente 130 mil habitantes.

Então, nós sabemos que vai haver uma capilaridade, infelizmente, dessa contaminação voltada para o interior. Nesse sentido, dar a esses prefeitos e prefeitas um instrumento para que eles possam agir com toda a celeridade possível é melhor.

É claro que nós temos a convicção, esperamos que isso aconteça, que tudo isso seja feito dentro do rigor que estabelece este momento, dentro da seriedade e da responsabilidade que este momento exige.

E precisamos mais. Além daquilo que foi votado ontem pelo Senado e pela Câmara Federal, que estão de parabéns no sentido de distribuir 600 reais para as famílias de baixa renda, 1.200 reais para as famílias cuja chefia está na mão das mulheres - isso é importantíssimo.

Mas nós precisamos ainda cuidar de outros aspectos. A gente precisa pensar na tarifa de água. A gente precisa pensar na tarifa de energia. A gente precisa pensar nos pedágios, nas parcelas da CDHU. Enfim, tudo aquilo que possa aliviar o orçamento doméstico neste momento é muito importante.

E eu queria aqui também trazer uma preocupação. Salvo engano, a deputada Isa Penna ontem manifestou-se bastante preocupada, e eu gostaria de reforçar isso. Eu vi esses dias uma informação de que houve um aumento de mais de 50% na violência sobre a mulher em função do isolamento social. E a gente já tinha essa preocupação. Nós reforçamos que o isolamento social é indiscutivelmente a principal ação para podermos conter o avanço do vírus. E isso não sou eu que falo; isso são os maiores especialistas do Brasil e do mundo que chegaram a essa conclusão.

Portanto, defendemos de forma incondicional o isolamento social. Mas, Sr. Presidente, é preciso que os equipamentos que protejam as mulheres vítimas de violência estejam neste momento preparados para fazer esse atendimento.

Acho fundamental, porque, do contrário, nós teremos, além de todos os problemas que nós estamos vivenciando, que a gente nunca experimentou na nossa história enquanto país, talvez este seja o pior momento do Brasil, porque ele atinge a todos, ele é um vírus, infelizmente, muito democrático, nós ainda temos a questão da preocupação com a violência.

E não é só com as mulheres. A gente que trabalha com a questão da criança e do adolescente há longos anos sabemos que as crianças também podem ser vítimas de abusos. Os adolescentes também podem ser vítimas de abusos.

Então, eu peço aqui que nós façamos uma campanha até para que quem seja vizinho, para que quem esteja ouvindo, às vezes, algum barulho, algum ruído diferente, que denuncie.

E que a Secretaria de Segurança Pública do estado prepare também as suas agentes e os seus agentes para poder dar também suporte e socorro a essas pessoas, a essas mulheres, a essas adolescentes, a essas crianças.

Não podemos abandonar...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputada Beth.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Estou concluindo, presidente.

É um momento em que você tem muitos desdobramentos. E todos precisam ser olhados com a sensibilidade necessária. Nós também vamos votar favoravelmente a esse projeto, esperando que ele ajude a reduzir os impactos, seja na vida, seja na economia e na saúde das pessoas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir o projeto, o deputado Luiz Fernando. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Sr. Presidente, nobres deputados, nobres deputadas, pessoal que nos acompanha pela TV Alesp, eu não devo usar meus dez minutos, mas, assim, eu acho importante cada um de nós aqui estar trazendo a nossa preocupação, a nossa colaboração.

A propósito, o Partido dos Trabalhadores está debruçado, a sua bancada, com a sua assessoria, debruçados para trazermos, de fato, uma colaboração, um rol de propostas ao nosso estado de São Paulo.

O momento é muito grave. Eu ouvi ontem, Sr. Presidente, alguns debatedores dizendo: "Olha, o momento não é de ideologizar, de partidarizar". Eu quero dizer que eu acho que o momento é de ideologizar, de partidarizar, porque nós estamos hoje vivendo uma coisa que nas nossas gerações não viveram.

A pandemia que assolou o nosso país veio em 1918, a gripe espanhola. E de lá para cá nós nunca vivemos momentos de guerra ou o que nós estamos vivendo hoje no Brasil e no mundo. E nós temos visto posições, alguns preocupados, muito preocupados, com a economia, e outros muito preocupados com as vidas.

Ontem, nós assistimos a sete deputados bolsonaristas votando contra o projeto do governador de emergência para o estado, por mais que o projeto realmente...

Ontem, o PT apresentou, e é importante explicar um pouco ao telespectador que nos acompanha por que nós votamos com restrições: porque nos dois projetos votados ontem e aprovados ontem, a Assembleia homologava o estado de emergência tanto no estado de São Paulo, como no município de São Paulo, mas estavam muito abertos, não tinha controle nenhum. Ali foi uma verdadeira carta branca que a Assembleia Legislativa deu ao governador, sem controle nenhum.

Ao mesmo tempo, nós tínhamos a faca, assim, nós estávamos com a faca no pescoço e a arma na cabeça. Ou nós dizemos: é situação de emergência, e, portanto, os gestores estão dispensados de uma série de formalidades legais, e, portanto, têm instrumentos para fazer o enfrentamento de forma mais ágil para esse coronavírus, ou nós diríamos o seguinte: é irresponsável e inconsequente o projeto que o governador mandou, que o prefeito mandou, são cartas brancas. Não poderíamos.

Agora, a posição da turma dos bolsonaristas foi o seguinte: "Não, não tem que ter emergência no estado de São Paulo, não". Ou seja, danem-se as vidas. Danem-se as vidas. E, ao mesmo tempo, de um outro lado, uma grande gama de deputados dizendo o seguinte: "Primeiro, as vidas. E depois temos que discutir a economia também, mas precisamos salvar essas vidas".

Então, é ideologizado, sim. É importante que o telespectador saiba que os seus deputados têm lados. E muitos estão ali para defender grupos econômicos. E existem outros que estão ali para defender a vida.

E nós, do Partido dos Trabalhadores, com todo o respeito aos demais deputados - nós não estamos aqui discutindo a posição dos outros deputados -, nos estranhou, sim, que sete deputados bolsonaristas, liderados por aquela que liderou o golpe na presidenta Dilma, a Janaina, liderados por ela sete deputados votaram contra o estado de São Paulo e o município de São Paulo terem os seus decretos de emergência aprovados.

Os demais votaram, sim, pela vida, e votaram efetivamente para que nós possamos fazer o enfrentamento.

Diferentemente do projeto de hoje. Hoje, não. É um projeto, um belo projeto, construído junto com o Tribunal de Contas, com a participação importante do presidente da Assembleia Legislativa Cauê Macris, onde as amarras de controle estão muito bem desenhadas e muito bem articuladas, e, sem dúvida nenhuma, nós vamos votar favoráveis a esse projeto.

Alguns questionam: é uma carta branca para todos? Imagina se a Assembleia tivesse que se reunir para homologar cada um dos 644 pedidos de emergência. É uma carta branca que a Assembleia está fazendo de forma responsável, e nós entendemos assim.

O projeto é muito bom, o controle é muito amplo, e não temos dúvida nenhuma da importância desta aprovação.

Então, Sr. Presidente e nobres pares, eu queria aqui justificar aos telespectadores o porquê de todos os deputados do PT votarem com restrições. Com restrições porque os projetos precisariam ser aprovados, mas eram projetos muito mal elaborados, sem amarração nenhuma, foram cartas brancas.

Se amanhã tiver uma série de desvios e erros, a Assembleia aprovou e votou de afogadilho. Nós tentamos nas comissões reverter esse processo, apresentamos um voto em separado, mas a Assembleia não quis controlar. Nós não podíamos, afinal, rejeitar essa situação emergencial.

É emergencial, são pessoas que estão morrendo, e precisamos fazer o enfrentamento. Quanto às diversas ações, nós estamos fazendo uma proposta, isso vai ser tornado público, e vai ser uma linha de auxílio que nós pretendemos entregar ao governador Doria, ao prefeito Bruno Covas, e aos demais prefeitos do nosso estado de São Paulo.

São propostas que visam assegurar a vida, mas também assegurar o cuidado, especialmente com os nossos menores, os médios, comerciantes, aos profissionais liberais, às pessoas que vivem na linha da pobreza, enfim. É uma proposta ampla que o Partido dos Trabalhadores deverá estar apresentando à sociedade.

E por fim, Sr. Presidente, eu quero apresentar aqui a nossa solidariedade. Nós temos divergências amplas com o prefeito de São Bernardo, Orlando Morando, com a deputada Carla Morando. Mas a minha solidariedade a você, Carla, a você, Orlando, torcendo muito para que o breve restabelecimento de vocês se dê.

É o momento de superarmos qualquer diferença, é questão de vida e de saúde. E quero aqui de público trazer a minha solidariedade a você, Carla, ao prefeito Orlando Morando, torcendo para que ele saia desse hospital amanhã e possa voltar ao aconchego do lar com a sua família. Da mesma forma, os nossos colegas que também estão, Ataíde Teruel e também o Sargento Neri.

Melhoras breves, breve restabelecimento. Espero que vocês possam estar conosco o mais breve possível. Que Deus traga